



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais

O SERVIÇO SOCIAL E AS LUTAS EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: apontamentos a partir dos trabalhos publicados nos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais

IANA VASCONCELOS MOREIRA ROSADO ¹
SÂMIA RODRIGUES RAMOS ¹
AIONE MARIA DA COSTA SOUSA ¹
HANANY BRANDÃO PEREIRA ¹
EMANUEL CAIONÁRIO DANTAS ¹

Resumo:

Este trabalho analisa a atuação de assistentes sociais em defesa da saúde pública no Brasil, com base em pesquisa quanti-qualitativa fundamentada no materialismo histórico-dialético, cujos procedimentos metodológicos incluíram revisão da literatura e pesquisa documental nos trabalhos publicados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (edições 2010, 2013, 2016 e 2019). Consideramos relevante analisar a atuação de assistentes sociais nas lutas em defesa do Sistema Único de Saúde, como forma de contribuir para o aprofundamento do conhecimento acerca da articulação desta categoria profissional com os movimentos sociais e nos espaços de controle social, os quais são fundamentais para a materialização do SUS.

Palavras-chave: Serviço Social. Saúde Pública. Controle social. Lutas Sociais.

Abstract:

This paper analyzes the performance of social workers defending the public healthcare in Brazil, founded on a

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte

quantitative and qualitative research based on historical-dialectical materialism, whose methodology included a literature review and documental research in papers published by the Brazilian Congresses of Social Workers (2010, 2013, 2016 and 2019 editions). Reflecting on the role of social workers in the fight in defense of the Unified Healthcare System was considered relevant, as a way of deepening the knowledge about the articulation of these professionals with social movements and in the spaces of social control, which are fundamental for the materialization of the SUS.

Keywords: Social Work. Public Healthcare. Social Control. Social Struggles.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social se configura uma especialização do trabalho coletivo que atua sobre as diversas expressões da questão social advindas do modo de produção capitalista². De tal modo, está imerso na divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho na sociedade capitalista, sendo o(a) assistente social um(a) trabalhador(a) que comercializa sua força de trabalho como forma de garantir sua sobrevivência.

A atuação de assistentes sociais no Brasil se concentra predominantemente na esfera governamental, sobretudo nas políticas de saúde e assistência social. Neste artigo enfatizaremos a área da saúde, a qual historicamente vem se constituindo como um dos principais espaços de atuação da categoria, notadamente a partir da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste estudo, abordamos a atuação de assistentes sociais na defesa da saúde pública no contexto brasileiro, subsidiando-nos em pesquisa realizada com o objetivo de analisar a inserção de assistentes sociais nas lutas em defesa da Saúde Pública no Brasil nos anos 2000. Para tanto, buscamos apreender as possibilidades e desafios que permeiam a participação desses(as) profissionais na materialização da saúde pública consoante com os princípios do SUS e do projeto ético-político do Serviço Social, identificar sua atuação no processo da construção do controle social em

2 Esta concepção de profissão, amplamente incorporada pela categoria profissional, é tributária da produção teórica elaborada por Yamamoto e Carvalho (1982), inspirada na teoria social de Marx.

saúde e analisar o seu protagonismo em movimentos coletivos contra a privatização da saúde no Brasil.

A referida pesquisa se fundamentou no materialismo histórico-dialético, por compreendermos que este se configura como um método de interpretação crítica da realidade, que ultrapassa aparências e imediatismos e possibilita a apreensão do objeto de estudo a partir da análise crítica dos fenômenos de uma dada totalidade social. Esse processo de apreensão do movimento do real, nos permite a compreensão da historicidade, determinações e contradições que perpassam o contexto social, apreendendo a estrutura e dinâmica das relações sociais da sociabilidade capitalista. Coeso com essa perspectiva teórico-metodológica, nesta pesquisa utilizamos uma abordagem natureza quanti-qualitativa, cujo percurso metodológico incluiu revisão da literatura e pesquisa documental nos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) mais recentes (edições de 2010, 2013, 2016 e 2019). Como instrumento de coleta de dados, construímos um roteiro para a pesquisa documental contendo título do trabalho, autores(as), modalidade de trabalho, metodologia, período do estudo ou da experiência e as seguintes questões: Reflete a participação de assistentes sociais na materialização da saúde pública consoante com os princípios do SUS e do projeto ético-político do Serviço Social (PEPSS)? Aborda a atuação de assistentes sociais na construção do controle social em saúde? Registra a inserção destes(as) profissionais nas lutas em defesa da saúde pública nos anos 2000 e, em particular, contra a privatização da saúde?

Posteriormente, realizamos uma busca nos anais para mapear os artigos relacionados com o tema da nossa pesquisa, a partir dos termos: controle social, lutas sociais e movimentos sociais. Os trabalhos resultantes desta busca foram selecionados com base no título, resumo e, na sequência, procedemos a leitura do texto na sua totalidade para identificar aqueles cujo conteúdo contribuiriam diretamente para o alcance dos objetivos da pesquisa. Assim, foram incluídos na análise os trabalhos que abordam o tema controle social ou movimentos coletivos no âmbito da política de saúde e que articulassem esta discussão com o exercício profissional de assistentes sociais.

Neste artigo, apresentamos inicialmente um breve panorama da política de saúde no Brasil e seus desdobramentos no atual contexto - marcado pelo projeto ultraneoliberal, implantado a partir do governo Temer e agravado nos anos do governo Bolsonaro, projeto este eminentemente comprometido com os interesses do mercado - bem como abordamos a atuação de assistentes sociais nessa política social. Analisamos, também, a atuação de assistentes sociais em defesa da saúde pública, enfatizando a participação desses(as) trabalhadores(as) nos espaços de controle social e nos movimentos sociais voltados para o fortalecimento do SUS.

2 A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA NA REALIDADE BRASILEIRA

2.1 Serviço Social e saúde pública: reflexões enraizadas no projeto ético-político profissional

Na realidade brasileira, a profissão Serviço Social mantém vínculos com a saúde desde a fase do seu surgimento no país, na década de 1930 e a partir de 1945 se expande significativamente a contratação de assistentes sociais para trabalhar nesta área. Segundo Bravo e Matos (2006), naquele período a expansão da inserção profissional na saúde foi impulsionada pela propagação do conceito de saúde como “o estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença” (OMS, 1948), pois tal compreensão implica que a assistência à saúde seja efetivada mediante processo coletivo de trabalho envolvendo diversas profissões. Outro aspecto indutor dessa expansão foi o processo de consolidação da política nacional de saúde, a qual foi se desenvolvendo e abarcando algumas demandas da população, embora com uma trajetória marcada por um modelo excludente e seletivo, bem distante da universalização da assistência.

Ao longo dos anos 1980, imerso no processo das lutas pela redemocratização do país, o movimento sanitário se fortaleceu e conquistou importantes avanços no direito à saúde, incorporados no texto da Constituição Federal de 1988, fruto da pressão deflagrada pelo referido movimento no processo constituinte, em meio a

correlação de forças que permeou a acirrada disputa entre o projeto de reforma sanitária e o privatista. Assim, a partir do texto constitucional e das leis 8.080 e 8.142, ambas promulgadas em 1990, se deu a implementação do SUS, mediante a descentralização/municipalização, com expansão da rede de serviços públicos de saúde e do número de trabalhadores(as) contratados(as). Esta foi uma fase de expansão da inserção de assistentes sociais nos serviços públicos de saúde, ainda que as contratações não contemplem totalmente a necessidade de profissionais nesses espaços institucionais.

No decorrer desse processo, o trabalho profissional da categoria esteve inicialmente marcado por uma perspectiva conservadora, a qual passou a ser questionada/superada em meio ao processo de contestação da autocracia burguesa (fim da década de 1970 e início da década de 1980), quando tem impulso o processo de renovação da profissão que explicita o vínculo do Serviço Social brasileiro com os interesses da classe trabalhadora. Vale destacar que “[...] há uma relação entre o projeto ético-político e o de reforma sanitária, principalmente nos seus grandes eixos: principais aportes e referências teóricas, formação profissional e princípios”. (CFESS, 2010, p. 24).

Para melhor compreensão desse processo de inserção e atuação de assistentes sociais na política de saúde, consideramos importante evidenciar que a saúde é perpassada por uma complexa e ineliminável interação de múltiplos fatores (incluindo biológicos, psíquicos e sociais). Enfatizaremos aqui, sua determinação social cuja relevância e visibilidade é afirmada no conceito ampliado de saúde defendido pelo movimento sanitário e que se encontra documentado no relatório da XVIII Conferência Nacional de Saúde e incorporado na Lei orgânica da saúde (Lei nº. 8080/1990). Assim, compreendemos a saúde-doença de forma intrinsecamente relacionada com a questão social e, portanto, com a profissão Serviço Social, a qual “[...] se particulariza na divisão social e técnica do trabalho pelo seu trato com a questão social, expressão das desigualdades do modo de acumulação capitalista” (MATOS, 2013, p. 55-56).

Associado ao processo de implementação do SUS, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº 287/1998, reconhece os(as) assistentes

sociais, juntamente com outras treze categorias (biólogos, biomédicos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, dentistas, psicólogos e terapeutas ocupacionais) como profissionais de saúde de nível superior para fins de atuação do referido Conselho. Coadunando com esta proposição, o Conselho Federal de Serviço Social expressa seu posicionamento a este respeito por meio da Resolução CFESS nº 383/1999, a qual caracteriza o(a) assistente social como profissional da saúde, ressaltando que este(a) não atua exclusivamente nesta área³. De acordo que esta resolução,

[...] o Assistente Social, em sua prática profissional contribui para o atendimento das demandas imediatas da população, além de facilitar o seu acesso às informações e ações educativas para que a saúde possa ser percebida como produto das condições gerais de vida e da dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas do País. (CFESS, 1999).

Em todo o percurso da construção do SUS, as tensões e disputas entre os projetos de Reforma Sanitária e Privatista persistem acirradamente, com governos que ora discursavam sobre o compromisso com o fortalecimento do SUS e ora favoreciam o mercado através da flexibilização e focalização da saúde pública, bem como governos totalmente regressivos. De tal modo, esse processo foi marcado também por movimentos de resistência, em defesa da saúde pública universal e com participação social; dentre eles, se destaca a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), criada em 2010.

A Frente Nacional atualmente é composta por diversas entidades, movimentos sociais, fóruns de saúde, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários e tem por objetivo defender o SUS público, estatal, gratuito e para todos, e lutar contra a privatização da saúde e pela Reforma Sanitária formulada nos anos 1980 (BRAVO; ANDREAZZI; MENEZES, 2017, p. 167-168).

É importante registrar que esse processo de regressão dos direitos atinente à contrarreforma do Estado se expressa, também, na precarização dos serviços públicos concomitante à intensificação da privatização e da mercantilização, o que

3 “Art. 2º - O assistente social atua no âmbito das políticas sociais e, nesta medida, não é um profissional exclusivamente da área da saúde, podendo estar inserido em outras áreas, dependendo do local onde atua e da natureza de suas funções” (CFESS, 1999).

atende a necessidades do capital, pois a persistência de políticas sociais básicas e precárias, contribui para incrementar a busca por atendimento via contratação do setor privado.

A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que têm acesso ao mercado. Suas principais propostas são: caráter focalizado para atender às populações vulneráveis por meio do pacote básico para a saúde, ampliação da privatização, estímulo ao seguro privado, descentralização dos serviços em nível local e eliminação da vinculação de fonte com relação ao financiamento (CFESS, 2010, p. 22).

A partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff que oportunizou a gestão presidencial de Temer, se intensificam e se tornam mais explícitos os processos de contrarreforma do Estado brasileiro, o que evidencia seu caráter de classe e sua funcionalidade para a reprodução do capital. Destarte, o governo assumido por Michel Temer (2016-2018) deu uma condução política extremamente regressiva, com o seu programa Ponte para o futuro, incluindo entre seus encaminhamentos a proposta de emenda constitucional 241/2016, aprovada pelo senado em 13/12/2016, que desencadeou o congelamento de gastos com saúde pelos 20 anos subsequentes.

Com a Emenda Constitucional (EC) nº 95, o governo Temer implantou um novo regime fiscal, que é a constitucionalização do ajuste fiscal, funcional à financeirização do capital, congelando os gastos sociais por vinte anos para liberar recursos para a impagável dívida pública que precisa ser auditada. (CORREIA, 2022, p. 82)

Sucessivamente, com o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) dissemina-se uma conjuntura ultraneoliberal com uma forte ofensiva conservadora, extremamente adversa para os diversos sujeitos que integram a classe trabalhadora – incluindo as(os) assistentes sociais – e, portanto, desafiando-a cotidianamente a persistir na contracorrente dos ataques intensificados aos direitos arduamente conquistados mediante lutas dos(as) trabalhadores(as).

Nesse contexto, Bravo, Pelaez e Menezes (2020) evidenciam que desde o governo de Temer, vem sendo formulado um projeto do SUS completamente subordinado ao mercado. Nos termos destas autoras:

A partir do governo Temer verifica-se a aceleração e a intensificação das políticas que contribuem para o desmonte do Estado brasileiro. No governo Bolsonaro tem-se o aprofundamento das contrarreformas iniciadas no governo anterior, haja vista a proposta central de reforma da previdência apresentada ao Congresso Nacional, em fevereiro de 2019, e as declarações de que será necessário fazer mais com os mesmos recursos, que retira do horizonte um maior aporte de recursos orçamentários para as políticas sociais. Pode-se considerar como três características básicas do atual governo: extremo liberalismo econômico; temor das mobilizações; e desprezo pela participação da maioria, ou seja, pela democracia, com ataques às instâncias de participação e controle social. (2010, p.194-195).

Na atual gestão presidencial de Jair Bolsonaro, os ataques à área da saúde continuam acentuadamente, fortalecendo este projeto do SUS completamente submetido ao mercado, conforme Bravo, Pelaez e Menezes (2020). Tal processo se torna mais nocivo em meio à pandemia de Covid-19, a qual torna ainda mais evidente a importância do SUS, ao passo que atribui maior visibilidade aos desafios e lacunas oriundas de sua incompleta materialização. De fato, “Antes da chegada do vírus no Brasil, o contexto no país já era assolador para a maioria da população brasileira, com o aprofundamento e a aceleração da contrarreforma do Estado e suas particularidades nos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro”. (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2021, p. 120)

Os divergentes projetos em disputa na área de saúde, apresentam diferentes requisições para o Serviço Social. O projeto privatista colide com a universalização da saúde e requisita seleção socioeconômica de usuários(as); trabalho de cunho psicossocial mediante aconselhamento; assistencialismo; ênfase em intervenções individuais, dentre outras. Por outro lado, as demandas do projeto de reforma sanitária se apresentam condizentes com o PEPSS, incluindo democratização do acesso ao atendimento e às informações; estratégias de aproximação dos serviços com a realidade; interdisciplinaridade; ênfase nas atividades em grupo; e fortalecimento da participação social. (BRAVO; MATOS, 2006).

Condizente com o projeto ético político do Serviço Social e, portanto, comprometido com o fortalecimento do SUS, o CFESS elaborou, mediante amplo debate com a categoria, o documento intitulado “Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde”

Visa responder, portanto, um histórico pleito da categoria em torno de orientações gerais sobre as respostas profissionais a serem dadas pelos assistentes sociais às demandas identificadas no cotidiano do trabalho no setor saúde e àquelas que ora são requisitadas pelos usuários dos serviços, ora pelos empregadores desses profissionais no setor saúde. Procura, nesse sentido, expressar a totalidade das ações que são desenvolvidas pelos assistentes sociais na saúde, considerando a particularidade das ações desenvolvidas nos programas de saúde, bem como na atenção básica, média e alta complexidade em saúde (CFESS, 2010, p. 12).

O citado documento explicita os seguintes eixos de atuação profissional, considerados como interligados e complementares: a) atendimento direto aos usuários (engloba ações socioassistenciais; de articulação com a equipe de saúde; e socioeducativas; b) mobilização, participação e controle social; c) investigação, planejamento e gestão; e d) assessoria, qualificação e formação profissional. Dessa forma, o trabalho das(os) assistentes sociais, não se detém exclusivamente ao atendimento direto aos usuários, pressupondo, dentre outras ações, a mobilização, participação e controle social.

Diante do exposto, é importante salientar, conforme Bravo, Pelaez e Menezes:

Nesta conjuntura de barbárie social e retirada de direitos, permanece como tarefa necessária e fundamental a defesa da saúde pública e do SUS de caráter público e estatal, por meio da articulação e mobilização de movimentos sociais, sindicais e partidos políticos em fóruns e/ou frentes estaduais em defesa do SUS e na Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. (2020, p. 205).

2.2 A participação de assistentes sociais nos espaços coletivos de defesa da saúde pública nos anos 2000: um estudo dos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais

Seguindo o percurso metodológico da pesquisa documental, nos anais dos CBAS contabilizamos ao todo 5.420 trabalhos. Ao aplicarmos a ferramenta de busca pelas palavras-chave mapeamos 187 trabalhos, dos quais 21 foram incluídos na análise, após identificarmos que estes discutem tais temas relacionando-os com a área da saúde. O detalhamento dos dados quantitativos obtidos mediante esta seleção dos trabalhos consta na Tabela a seguir.

Tabela 1: Quantidade de trabalhos abrangidos na pesquisa

CBAS (ANO)	Total de trabalhos por evento	Trabalhos selecionados por palavra-chave				
			Controle Social	Movimentos Sociais	Lutas Sociais	Total
2010	1.132	Identificados na busca	23	15	01	39
		Incluídos na análise	04	-	-	04
2013	1.120	Identificados na busca	18	11	04	33
		Incluídos na análise	03	01	-	04
2016	1.427	Identificados na busca	14	12	03	29
		Incluídos na análise	01	04	-	05
2019	1.741	Identificados na busca	24	20	42	86
		Incluídos na análise	06	01	01	08

Fonte: dados oriundos da pesquisa documental, 2021.

Inicialmente, realizamos a análise dos trabalhos contidos no CBAS 2010 e encontramos 23 trabalhos a partir do termo controle social, 01 trabalho a partir do termo lutas sociais e 15 trabalhos a partir do termo movimentos sociais. Todavia, não identificamos nenhum trabalho relacionado à área da Saúde e articulado com a atuação de assistentes sociais nos termos lutas sociais e movimentos sociais. Em contrapartida, no termo controle social identificamos 04 trabalhos cujos conteúdos têm relação direta com os objetivos da pesquisa, os quais foram incluídos na análise. Estes em sua totalidade refletem acerca da participação destes(as) profissionais na materialização da saúde pública consoante com os princípios do SUS e do PEPSS, bem como registram a atuação de assistentes sociais no controle social em saúde, em espaços como Conselhos e Conferências de Saúde, realizando

atividades que potencializam o processo de democratização das políticas sociais e fortalecem a participação da população na formulação, fiscalização e gestão destas políticas, na garantia e ampliação dos direitos. E ainda registram a inserção de assistentes sociais nas lutas em defesa da saúde pública nos anos 2000, de modo que um deles enfatiza o protagonismo destes(as) profissionais em movimentos contra a privatização da saúde.

Posteriormente, realizamos o mesmo processo com os trabalhos do CBAS 2013 nos quais obtivemos os seguintes resultados: 18 trabalhos com o termo controle social, dos quais 03 com relação direta com os objetivos da pesquisa, 04 trabalhos com o termo lutas sociais, dos quais nenhum tem relação com os objetivos da pesquisa e 11 trabalhos com o termo movimentos sociais, neste identificamos apenas 01 trabalho relacionado aos objetivos da pesquisa. Assim, dentre as publicações do CBAS 2013, tivemos 04 trabalhos inseridos na análise. Quanto à participação na materialização da saúde pública consoante com os princípios do SUS e o PEPSS, dois refletem, ainda que brevemente, sobre a participação desses(as) profissionais nos conselhos de saúde e de outras áreas, desempenhando ações que sejam baseadas e comprometidas com projeto ético-político profissional. Dentre os trabalhos analisados, três enfatizam a atuação de assistentes sociais no controle social em conselhos de saúde, outros conselhos e comissões de direitos, prestando assessoria e desenvolvendo ações socioeducativas nesses espaços. Ainda ressaltam a importância de a categoria estar inserida em outros espaços de controle social, como conferências e fóruns. Um dos trabalhos aponta a importância da articulação destes(as) profissionais com conselhos de saúde e movimentos sociais. Por fim, dentre os trabalhos deste evento obtidos a partir dos critérios adotados, somente um registra a participação de assistentes sociais nas lutas em defesa da saúde pública no Brasil nos anos 2000, o qual aponta que a articulação entre conselhos de saúde, movimentos sociais e assistentes sociais, tal qual suas ações, de fato, devam fortalecer as lutas em defesa da saúde pública e de qualidade.

Na análise do CBAS 2016, localizamos 14 trabalhos a partir da palavra-chave controle social, dos quais apenas 01 tem relação com os objetivos da

pesquisa. Quanto a palavra-chave lutas sociais encontramos 03 trabalhos, porém nenhum deles têm relação com os objetivos da pesquisa. Como resultado da palavra-chave movimentos sociais identificamos 12 trabalhos, dos quais 04 têm relação com os objetivos da pesquisa. Portanto, na análise deste CBAS foram incluídos 05 trabalhos. Todos fazem referência ao PEPSS, porém dois o citam brevemente, mas não o articulam com os princípios do SUS. Quanto aos outros três trabalhos, estes explicitam a articulação entre o PEPSS e o projeto de reforma sanitária, de modo que um deles sinaliza que a atuação do(a) assistente social é norteada por um projeto ético-político comprometido com a defesa dos direitos sociais e humanos, com potencial para contribuir com a consolidação da política de saúde. Outro destaca que o controle social se trata de um espaço em que os(as) assistentes sociais podem contribuir, por meio de ações de assessoria junto aos movimentos sociais, para o fortalecimento dos sujeitos políticos na garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, tendo como horizonte a emancipação humana. E um terceiro reflete o campo de possibilidades que os movimentos sociais abrem para a atuação desses(as) profissionais, embora aponte fragilidades no exercício profissional diante de cenário adverso, marcado pela lógica neoliberal. No tocante ao controle social, um registra a atuação de assistentes sociais nos conselhos locais de saúde, ressaltando que exercem papel relevante nesse processo de discussão e organização de ações relativas ao controle social; um aponta desafios para efetivação da participação social nas políticas públicas na atualidade e outro relata as condições de emergência do Fórum Mineiro de Saúde Mental. Vale ressaltar que estes Fóruns e a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCP) são espaços importantes de lutas em defesa do SUS, também considerados “[...] mecanismos de controle democrático no sentido de exercerem pressão social, fora do espaço institucional do Estado, para que este não privatize a saúde pública” (BRAVO; CORREIA, 2012). Dois trabalhos abordam a inserção de assistentes sociais nas lutas em defesa da saúde pública: um evidencia a importância da atuação da categoria nos movimentos sociais e de reassumirem o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, além de registrar que as contrarreformas do Estado mediante mercantilização e privatização das políticas

sociais, impulsionaram o surgimento de novos mecanismos de luta como a FNCPs e seus Fóruns de Saúde e/ou Frentes estaduais⁴. O outro não relata esta inserção, no entanto, evidencia a relevância e possibilidades da atuação em movimentos antimanicomiais.

No CBAS 2019, encontramos 24 trabalhos a partir do termo controle social, 42 do termo lutas sociais e 20 do termo movimentos sociais, os quais 06, 01 e 01 trabalhos, respectivamente, têm relação direta com objetivos da pesquisa. De tal modo, do CBAS 2019 08 trabalhos foram analisados, dos quais sete refletem a participação de assistentes sociais na materialização da saúde pública conforme os princípios do SUS e do PEPSS, sendo apontado que a gestão democrática é um importante espaço para a inserção profissional, visando a garantia de direitos e a qualidade dos serviços. Um trabalho enfatiza que tal participação se expressa no combate ao preconceito e busca de viabilizar o acesso aos direitos dos usuários e fomentar a luta por tais direitos. Conforme Silva (2019, p. 4):

O Projeto de Reforma Sanitária possui relação direta com o Projeto Ético Político da Profissão, por ser um projeto profissional que responde aos interesses da classe trabalhadora, se posiciona a favor da equidade e da justiça social na perspectiva de universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais, a ampliação e consolidação da cidadania. Assim, compreende-se que cabe ao Assistente Social, numa ação necessariamente articulada com outros segmentos que defendem o fortalecimento do SUS, formular estratégias que busquem reforçar ou criar experiências nos serviços de saúde que efetivem o direito social à saúde.

Neste congresso, sete dos trabalhos analisados abordam a contribuição de assistentes sociais no controle social. Em um destes os(as) autores(as) ressaltam que a categoria participa da produção de saúde, ao contribuir para assegurar o acesso dos(as) usuários(as) aos serviços, ao promoverem capacitações com profissionais ou quando fazem encaminhamentos para outras políticas sociais e socializam informações sobre direitos, destacando a importância de possibilitar discussões e contribuir na construção de espaços de controle social, a exemplo dos Conselhos, Frentes, Fóruns e Ouvidorias. Nessa perspectiva, a ouvidoria é vislumbrada como um potencial espaço de discussão democrática (NETO; DANTAS;

4 Vale ressaltar que uma das publicações menciona a importância das lutas sociais por garantias de direitos, porém não especifica a política de saúde.

SANTOS, 2019). No documento “Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde”, a ouvidoria é apontada como uma possível atribuição a ser assumida por assistentes sociais, embora não se configure como privativa destes(as) profissionais. Nesse sentido, sinaliza a possibilidade de o(a) assistente social atuar na ouvidoria na perspectiva da mobilização e da participação popular.

[...] o assistente social, ao assumir a ouvidoria, deve consolidar os dados obtidos nos atendimentos por meio de relatórios e coletivizá-los no conselho diretor da unidade e/ou direção da unidade, bem como estabelecer articulação com os conselhos de saúde (da unidade e local) para que as demandas sejam analisadas coletivamente e as respostas tenham impacto no funcionamento da unidade e na política de saúde, por meio das mudanças necessárias. (CFESS, 2010, p. 56)

Ainda relacionado aos anais do CBAS ocorrido em 2019, uma das publicações explicita a contribuição do trabalho profissional de caráter pedagógico para fomentar a participação em movimentos pela garantia de direitos. E em outra se relata a experiência de professores(as) e estudantes de Serviço Social relacionada ao controle social e as lutas sociais em defesa de uma saúde pública, estatal e de qualidade mediante divulgação de informações sobre a política de saúde e seu financiamento (LIMA et al., 2019). Neste percurso, encontraram desafios como a ausência de Fóruns de Saúde e a carência de articulação dos movimentos sociais nos espaços de lutas. A inserção de assistentes sociais nas lutas em defesa da saúde pública é abordada em dois⁵ trabalhos: um evidencia que este processo deve ser reconhecido como parte do trabalho profissional, sendo necessário dialogar com gestores/as demonstrando que a atuação desta categoria não se restringe à operacionalização de políticas públicas, bem como registra o protagonismo de um Conselho Regional de Serviço Social por meio da participação e apoio às ações de movimentos, fóruns e frentes de lutas e outro destaca a importância da articulação com movimentos sociais para fortalecer os fóruns e/ou conselhos.

Diante do exposto, ressaltamos a importância da inserção dos profissionais nos espaços coletivos, participando efetivamente dos Conselhos, Conferências,

5 Além destes dois, um dos trabalhos embora não registre a inserção de assistentes sociais nestas lutas, aponta a contribuição destes(as) para fomentar a participação de usuários(as) em um movimento na área da saúde mental.

Fóruns de discussões e dos Movimentos Sociais, lutando por uma saúde pública e universal condizente com o projeto de reforma sanitária e com o projeto ético político do Serviço Social. Nessa perspectiva, explicam BRAVO e MATOS, uma atuação competente e crítica do(a) assistente social na saúde, requer, dentre outros aspectos, “Estar articulado e sintonizado ao movimento dos trabalhadores e de usuários que lutam pela real efetivação do SUS”. (2006, p. 18).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado, compreende-se a relevância da participação dos(as) assistentes sociais na luta em defesa da saúde pública brasileira e de sua participação no controle social em saúde. Estes(as) profissionais, inspirados nos valores e princípios ético-políticos expressos em seu Projeto Profissional, se apresentam como categoria fundamental na efetivação da luta em defesa do SUS nos anos 2000 em conjunto com outras profissões que compõem a área da saúde e demais segmentos trabalhadores. Essa participação da categoria profissional ocorre mesmo em meio às medidas regressivas para a classe trabalhadora, e de desmonte da saúde pública implementado pelo projeto privatista, intensificadas no atual governo, sendo vista como uma importante arena de resistência.

Os resultados desta pesquisa evidenciam o compromisso da categoria profissional com a materialização do projeto de reforma sanitária em consonância com o PEPSS; registram o envolvimento de assistentes sociais na construção do controle social e em lutas pela efetivação da saúde pública nos anos 2000, ao passo que instigam o fortalecimento da inserção nos espaços de controle social e da articulação desta categoria profissional com os movimentos sociais. De tal modo, o trabalho destes(as) profissionais potencializa a materialização do SUS, embora este percurso seja permeado por desafios, aprofundados no atual contexto de desmonte dos direitos historicamente conquistados e incremento do projeto de saúde articulado ao mercado.

REFERÊNCIAS

BRAVO, M. Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro de. **Projeto ético político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária**: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete et al (org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS. OMS. Ministério da Saúde. ABEPSS. Editora Cortez. 2006.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa Correia. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**. n. 109. jan./mar. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza; ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. As lutas pela saúde nos anos 2000: a participação da Frente Nacional contra a privatização da saúde. In: SILVA, Alessandra Ximenes da; NÓBREGA, Mônica Barros da; MATIAS, Thaísa Simplício Carneiro (Org.). **Contrarreforma, intelectuais e Serviço Social**: as inflexões na política de saúde. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; MENEZES, Juliana Souza Bravo. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **Ser Social**. v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 287**. Brasília, 1998.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução nº 383**. Brasília, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília, 2010.

CORREIA, Maria Valéria Costa. A ofensiva do capital e a necessária defesa da saúde pública estatal. **Temporalis**. Brasília (DF), n. 43, p. 72-89, jan./jun. 2022.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

LIMA, Joseane B. de; ALMEIDA, Bruna A. de; DORNELAS, Carina B. de C.; ZSCHABER, Flávia F.; MARÇOLA, Laura P. G.; SOUSA, Mariana T. Projeto de extensão observatório da privatização da saúde e lutas sociais em defesa do SUS: sistematização de experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS-DF, 2019. p. 1-9.

MATOS, Maurílio Castro. **Serviço Social, ética e saúde**: reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

NETO, Jorio N. C.; DANTAS, Agne B. da S. C.; SANTOS, Lucimaria M. da L. Ouvidoria do SUS Natal espaço de atuação da(o) assistente social espaço de participação e controle social, um relato de experiência profissional e de estágio. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS-DF, 2019. p. 1-10.

SILVA, Patricia A. Dantas da. Serviço Social e Controle Social: uma análise da atuação das assistentes sociais da Residência Multiprofissional-UERN. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS-DF, 2019. p. 1-12.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 118-133, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/B3QvfrsQcsNy6H3vP5ZrTmS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.